

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE DUAS VERSÕES DE UM INSTRUMENTO DE REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

GARCIA, Amanda Ferreira; ANDRADE, Isabela Fernandes

FRANZ, Luis Antonio dos Santos
tecnicamandagarcia@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas

Palavras-chave: Acessibilidade; Checklist; Planilhas; Comparação; NBR 9050.

INTRODUÇÃO

Na expectativa de definir um estereótipo de “homem padrão” por muito tempo deixou-se de lado a grande diversidade humana. Exercer a função de cidadão é um direito civil, garantido a todas pessoas, pela Constituição Federal de 1988.

Concomitante a isso, as cidades não foram historicamente desenvolvidas para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Como afirma Andrade (2009, p.1) *“As cidades brasileiras surgiram em uma época em que não havia a preocupação em incluir as pessoas com deficiências na sociedade”*. Diante disso, os primeiros passos da normalização e de garantia de Acessibilidade no Brasil, ocorreram em 1985 com a primeira versão da NBR 9050. Após as revisões desta norma em 1994, 2004 e, finalmente, em sua versão atual de 2015, foi possível estabelecer diversos critérios a serem seguidos sobre acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

O avanço das normas de acessibilidade no Brasil impõe um desafio aos pesquisadores que buscam desenvolver e implementar instrumentos para análise e avaliação espacial. Estes instrumentos, normalmente em formato de checklist, podem acabar adquirindo lacunas conceituais em decorrência da publicação de normas mais modernas e atualizadas. Portanto, estudos comparativos entre os instrumentos existentes na literatura científica podem oferecer importantes oportunidades para identificar pontos de melhorias.

O presente trabalho busca analisar e comparar dois instrumentos que estão sendo utilizados como guia para fiscalizações e avaliações das condições de acessibilidade nas edificações e espaços públicos. O primeiro trata-se de um material composto por seis planilhas desenvolvidas por Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) afim de auxiliar nas ações fiscalização do Ministério Público de Santa Catarina, este material além de seguir itens respeitantes as legislações vigentes á época, incluía os componentes de acessibilidade espacial. Já, o segundo se trata de um material desenvolvido, também pelo Ministério Público de Santa Catarina, em 2016, que trata prioritariamente da aplicabilidade de fatores técnicos e legislações vigentes.

METODOLOGIA

Foi utilizado o método técnico comparativo que segundo Fachin (2006) consiste na ação de investigar fatos e coisas e explicá-los através das suas semelhanças e diferenças. Ao explicar esses fatos, o método permite a análise dos dados concretos e por fim a dedução dos elementos constantes, abstratos e gerais.

Diante disso, para definir os componentes de acessibilidade espacial no material desenvolvido, pelo Ministério Público de Santa Catarina em 2016, foram realizadas reuniões com especialistas para classificá-los de acordo com os conceitos anteriormente utilizados no material “Promovendo acessibilidade especial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público” desenvolvido por Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) para o Ministério Público de Santa Catarina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De forma breve, o que pode se notar através das comparações entre as Planilhas desenvolvidas por Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) e Planilhas desenvolvidas pelo Ministério Público de Santa Catarina – MP/SC (2016), sistematizadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Comparação das planilhas de avaliação

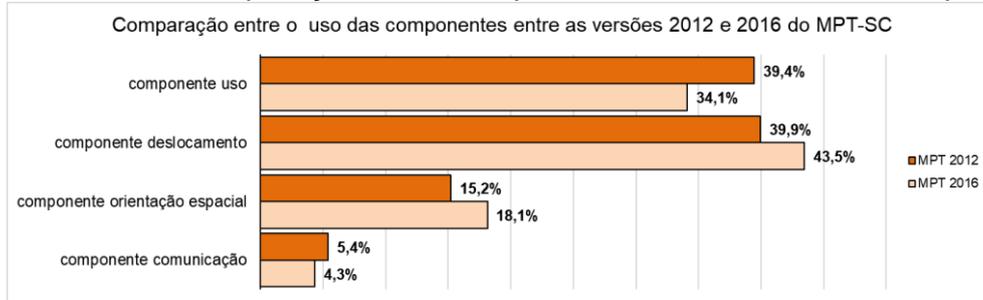
	MP/SC 2012	MP/SC 2016	Diferenças
Planilhas	6	10	4
Nº total de itens	361	628	267
Normativas	Federais, Estaduais e Municipais	Federais	-

Fonte: Autores, 2020.

Ao verificar os dados na Tabela 1, percebe-se que a evolução no número total de planilhas de 66,67% é significativa, visto que os materiais do MP 2016 foram reorganizados e subdivididos de acordo com a atualização da NBR 9050(2015). Já o número total de itens cresceu em aproximadamente 73,95%. Quando se trata de itens a serem avaliados isso é extremamente relevante, pois muitos itens que anteriormente não eram abordados, agora são considerados para a avaliação das condições de acessibilidade do espaço. Outro aspecto importante refere-se às referências normativas utilizadas como fontes norteadoras para desenvolvimento do instrumento. Anteriormente, eram utilizadas legislações Federais, Estaduais e Municipais, sendo que no novo material são utilizadas apenas normas Federais, com isso pode se perceber a tentativa de padronizar e ter uma abordagem mais expansiva do material de modo que ele possa ser utilizado em qualquer parte do território Nacional, não precisando assim ser atualizado de acordo com as normativas locais.

Através do Gráfico 1 é possível perceber a evolução dos componentes de acessibilidade espacial entre a versão MP/SC 2012 e a MP/SC 2016.

Gráfico 1- Comparação entre componentes de acessibilidade espacial



Fonte: Autores, 2020.

É importante salientar que o gráfico foi construído baseando-se no número total de itens em cada versão, considerando-se nele as frequências percentuais. Diante dele é possível verificar que o componente de deslocamento foi aquele que teve maior crescimento, alcançando aproximadamente 3,5%, seguido do item orientação espacial, com 2,9%. Esses itens vão ao encontro da grande preocupação que é observada na NBR 9050 (2015), pela promoção de mais alternativas e soluções para a execução de espaços que atendam a diferentes características observadas na população, seja a população típica ou com mobilidade reduzida, sempre priorizando a segurança e autonomia dos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam para uma melhoria substancial na abrangência do novo instrumento para avaliação da acessibilidade espacial proposto pelo Ministério Público de Santa Catarina – MP/SC (2016). É importante salientar que esse trabalho se trata do fragmento de um estudo maior, no contexto de uma pesquisa em andamento e devidamente cadastrada no âmbito Centro de Engenharias da Universidade Federal de Pelotas, realizada pelo grupo NUMESA (Núcleo Multidisciplinar em Ergonomia, Segurança e Acessibilidade).

5 REFERÊNCIAS

ABNT ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

ANDRADE, I.F. Diretrizes para acessibilidade em edificações históricas a partir do estudo da arquitetura eclética em Pelotas-RS. **Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, SC, 2009.

DISCHINGER, M; BINS ELY, V.H.M.; PIARDI, S.M.D.G. **Promovendo acessibilidade especial nos edifícios públicos**: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público. Florianópolis: MPSC, 2012. 161 p.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. 209 pág.